

**HABEAS CORPUS Nº 548.903 - GO (2019/0358344-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : ALANDELON WANDERLEI DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : ALANDELON WANDERLEI DE OLIVEIRA - GO028027  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : IVAN PAULO DE JESUS  
**PACIENTE** : CANDIDO NATIVIDADE DE AGUIAR NETO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de IVAN PAULO DE JESUS e CANDIDO NATIVIDADE DE AGUIAR NETO contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que indeferiu pedido liminar no HC n. 5680310.66.2019.8.09.0000.

Extrai-se dos autos que o Juízo de Primeiro grau indeferiu o pedido de prisão preventiva apresentado pelo Ministério Público, no entanto, aplicou medidas cautelares alternativas à prisão aos ora pacientes pela prática, em tese, do crime de corrupção passiva (art. 317, § 2º, do Código Penal) (fls. 69/99).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja liminar foi indeferida em decisão acostada às fls. 138/139.

No presente *writ*, o impetrante aponta a ocorrência constrangimento ilegal, alegando que as provas foram obtidas de forma ilícita, sustentando que "*a interceptação telefônica somente pode ser deferida judicialmente a partir da obediência a um somatório de requisitos estabelecidos explicitamente na lei (9.296/96) e na Constituição, além da observância dos princípios (explícitos e implícitos) da Lei Maior*" (fl. 13).

Alega ausência de fundamentação idônea para a aplicação das medidas cautelares.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação das medidas cautelares, em especial a do art. 319, inciso VI, do CPP, determinado imediatamente a recondução dos pacientes ao cargo de Vereador da Câmara Municipal de Jussara/GO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

Decido.

A jurisprudência desta Corte Superior, aplicando por analogia o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de não conhecer de *mandamus* impetrado contra decisão indeferitória de liminar na origem, excetuados os casos nos quais, de plano, é possível identificar flagrante ilegalidade ou teratologia do referido *decisum*.

Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

**1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.**

**2. Em sede de habeas corpus não é possível conhecer de tema não decidido na origem sob pena de supressão de instância.**

**2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do remédio heroico demonstrando por meio de prova pré-constituída o alegado constrangimento ilegal.**

**3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 16/03/2016).**

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

**2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na**

# Superior Tribunal de Justiça

*decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 24/02/2016).

Na hipótese, ao menos em juízo perfunctório, não vislumbro a possibilidade de superação do mencionado enunciado sumular. Note-se que o indeferimento da tutela de urgência pautou-se em fundamentação idônea ao afirmar que o constrangimento ilegal aventado pelo impetrante não estava manifesto e detectável de plano, de modo que a análise das alegações foi reservada ao colegiado.

Assim, de acordo com a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a fim de evitar indevida supressão de instância, deve-se aguardar o julgamento de mérito da impetração pela Corte de origem.

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator